

ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO: O PROCESSO DE PROJETO COM A PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO

**MUCHINELLI, Livia Ribeiro Abreu (1); ALBUQUERQUE, Matheus de Mello (2);
ANDRADE, Thiago da Silva (3); FRANZINI, Marina Oliveira (4); GOMES, Mayara
Carvalho (5); SILVA, Deyvid de Assis (6); VASCONCELOS, Paula Campos (7);
VIANNA, Luiza Leite Carneiro (8); OLIVEIRA, Suzana Azevedo de. (9)**

Universidade Federal de Juiz de Fora. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

(1) liviamuchinelli@gmail.com

(2) mello.matheus@rocketmail.com

(3) thiagosilvaandrade5@yahoo.com.br

(4) marina.franzini@yahoo.com

(5) mayacgomes@gmail.com

(6) assisdeyvid@hotmail.com

(7) paulavasconcelos95@yahoo.com

(8) luizalvcarneiro@yahoo.com.br

(9) suzanaazevedo@ymail.com

Palavras-chave: Escritório Modelo, Papel Social do Arquiteto, Projeto Participativo.

Resumo

Este artigo consiste na descrição da metodologia de trabalho do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da UFJF, baseado no Projeto de Orientação à Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA) da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FeNEA).

O EMAU se distancia relativamente da metodologia comum do mercado de trabalho atual, com a qual o estudante recém-formado se depara, ao concluir seu curso, ou até antes, nos estágios em escritórios comerciais. Porém, levam-se como interesses fundamentais, a consciência da importância da arquitetura e a sensibilidade do reconhecimento das demandas de interesse social existentes, há muito tempo esquecidos pelos arquitetos, excluindo a atuação do profissional nessas áreas.

Descreve também o processo projetual do EMAU, que envolve a participação da comunidade beneficiada, com o exemplo de um projeto realizado em Leopoldina, MG.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tenta se localizar dentro das premissas do V PROJETAR ao explicitar o método ou processo de projeto do recém formalizado Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entretanto, antes mesmo de descrever este método, é necessário explicar o que significa um EMAU.

Para esclarecer, ainda que superficialmente, devemos dizer que EMAU, assim como qualquer outro escritório modelo, é uma tentativa de unir a teoria sobre o projeto, aprendida na graduação, à prática, visando diminuir o distanciamento muitas vezes sentido pelo estudante entre a visualização da aplicação daquilo que ele está “projetando” nos ateliês e o que vai construir quando se formar - como será mostrado na parte onde descrevemos nossa metodologia de trabalho.

E vai além, pois através de nossas experiências projetuais, que são em áreas de interesse social, em comunidades, das quais nada é cobrado financeiramente – diferente de outros escritórios-modelo – buscamos ainda a ampliação da máxima de que “se aprende projetando”, na elaboração de um projeto participativo, em conjunto com os moradores da comunidade beneficiada, em diversas tentativas, passíveis de erro, desmistificando não só a questão social, quanto a relação com o futuro usuário ou cliente.

Claro que, neste caso, o “aprender a projetar” significa o ensino das escolas de arquitetura, mas, para exemplificar, descreveremos nossa metodologia projetual, que é diferente de um processo de projeto onde o arquiteto urbanista projeta para um cliente comum, que poderia solicitar o projeto de sua casa, por exemplo.

2. ARQUITETURA E CRIAÇÃO

Para iniciar o estudo dos processos de projeto, gostaríamos de refletir inicialmente sobre que se pensa sobre o processo de criação da arquitetura.

De acordo com Morris (1881):

“A arquitetura engloba a consideração de todo ambiente físico que envolve a vida humana... a arquitetura é o conjunto das modificações e alterações introduzidas sobre a superfície da terra para as necessidades humanas...”

Mesmo se levando em conta que a arquitetura está presente em todo ambiente, o que vemos durante a sua criação, na maioria das vezes, é a perda do sentido criativo.

Inclui-se arquitetura no rol das chamadas artes plásticas, o que significa considerar que o processo de criação nesta atividade é similar ao ato de criação artística em geral. A arte plástica é dita como fenômeno de criação. A partir deste ponto de vista foi estabelecido chamar de “composição” o processo projetual na arquitetura.

A idéia do projeto por composição (renascentista) sobreviveu até quase a metade do século XX, pois a concepção da arquitetura como arte plástica era cômoda e atraente.

Uma das razões que veio determinar o temporário abandono da concepção do processo criativo foi a introdução no campo da sua produção de uma coleção de novas tipologias e novos programas, que não poderiam nem podem ser tratados com os mesmos instrumentos conceituais adotados para os projetos de obras simbólicas ou monumentais, como catedrais e palácios.

Mas, a questão da composição é questionável na arquitetura, já que esta é uma atividade onde devem prevalecer outros critérios, como a racionalidade e a relevância social, esta com grande destaque no EAMU.

Complementando, segundo Mafhuz (1995), ao relembrar este método, também conhecido como Beaux-Arts, no Renascimento, a composição seria a reunião das partes para formar o todo. Os diferentes passos deveriam ser tomados para atingir um objetivo final, o que, como dito, foi bem aceito até o século XX.

Ainda segundo ele, o todo não é totalmente definitivo. Aceita modificações que podem alterar seu resultado final. Não é tão dominante quanto parece.

Já na época contemporânea, já podemos tomar o processo projetual como uma composição que se divide em diferentes fases. A primeira fase é a definição do problema e análise da informação (necessidades, herança cultural, características climáticas e do sítio e recursos disponíveis), além da interpretação da informação e organização das

prioridades. Já de acordo com o Funcionalismo europeu, o projeto seria uma resposta direta ao problema.

No caso de um EMAU, o programa deve ser interpretado: entre em cena a bagagem de quem projeta, permitindo assim, um processo criativo mais rico.

A segunda fase seria a edificação do projeto, ou seja, a obra em si.

3. METODOLOGIAS E METODOLOGIA

O EMAU em questão é denominado RUA (Relações Urbanas e Arquitetônicas) e foi recentemente transformado em um Projeto de Extensão dentro do departamento de Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O trabalho do RUA consiste na elaboração de projetos em áreas de interesse social desta cidade e de algumas das redondezas.

Até hoje, a demanda desses projetos surgiram de diversas formas, como será visto na parte em que damos um exemplo do trabalho do EMAU. Mas, ao se tornar um Projeto de Extensão, teve que desenvolver uma metodologia que se encaixasse nos tipos de projetos existentes na universidade, para garantir a continuidade do grupo quando seus integrantes se renovarem.

A metodologia proposta pelo RUA, atualmente, é um processo dividido em etapas de pesquisa, reconhecimento destas e atuação, baseadas nas experiências antecedentes a sua formalização como Projeto de Extensão, porém acrescidas a uma etapa de pesquisa mais detalhada, anterior à chegada da demanda.

Pretendemos como premissa inicial, realizar pesquisas bibliográficas da situação de áreas de interesse social de Juiz de Fora, através de levantamento de dados, seja no Arquivo Histórico Municipal, na Empresa Regional de Habitação (EMCASA), no Centro de Pesquisas Sociais (CPS), que produz o Anuário Estatístico, na própria Prefeitura Municipal (PJF) e no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município (PDDU) ou nas Sociedade Pró-Melhoramentos (SPM's), mais comumente chamadas de Associações de Moradores, e, a partir disso, produzir textos, tais como artigos, que são apresentados em seminários para o próprio grupo do RUA, mas também podem ser enviados para

congressos, como este, relacionados aos temas da arquitetura e do urbanismo, como o projeto, voltados ao interesse social ou não e, ainda, a inscrição em editais com temas relacionados a atuação do RUA.

Estas pesquisas formarão um banco de dados que pode complementar não só o acervo das entidades pesquisadas, mas também pretende agregar conhecimento a própria UFJF.

Em seguida a estas pesquisas, serão feitas pesquisas de campo nas regiões e conversas com a comunidade para confirmação e reconhecimento das demandas e reais necessidades.

Esta comunidade deve ser representada por um líder, uma associação de moradores, uma Organização Não Governamental (ONG) ou um representante legal, etc. Com isso os integrantes devem procurar o representante legal da área de interesse para divulgação da existência do RUA, sua metodologia e atuações. As demandas podem também ser trazidas por um grupo, como uma comunidade organizada ou também por uma entidade sem fins lucrativos.

Após a confirmação destes dados, serão definidos os locais de atuação do grupo, ou seja, em quais bairros ou equipamentos públicos, iremos interferir. A parte prática consiste no atendimento de demandas relacionadas a objetos de uso comum que servirão a estas áreas.

A atuação é realizada através de vivências nos locais em que serão aplicadas técnicas construtivas diversas, podendo ou não ser alternativas, em conjunto com as comunidades residentes e/ou usuários, realizando uma troca de conhecimentos.

Antes de mais nada, será realizada a capacitação da comunidade, de acordo com cada caso, ou seja, quando esta necessitar, serão desenvolvidas técnicas de empoderamento, com profissionais convidados de áreas diferentes da arquitetura, como assistentes sociais, ajudando a comunidade a se tornar mais unida e participativa, por exemplo, ou quando precisarem de ajuda jurídica, será chamado um profissional da área do direito. Sempre serão realizadas oficinas para a apresentação de técnicas que podem ser aplicadas no local, e, em seguida, buscaremos maneiras de testar estas técnicas.

Um dos objetivos de se aplicar conhecimentos para o empoderamento da comunidade com a realização junto àquele grupo de dinâmicas voltadas a desenvolver a consciência

do seu poder de transformação, é para que, após a conclusão das atividades do RUA, a comunidade esteja capacitada e possa dar seqüência aos trabalhos realizados por si só.

Em cada atuação, os integrantes do RUA podem se organizar em frentes de trabalho de acordo com a necessidade de cada projeto, do interesse e da disponibilidade de cada membro, não impedindo que o mesmo membro participe de diferentes frentes ao mesmo tempo.

As vivências envolvem o levantamento de dados e anteprojeto, mas podem seguir até o projeto executivo, dependendo da demanda. Ressaltamos que todo o processo é em conjunto com a comunidade, o que consideramos, participativo, seja no que diz respeito não só à mão de obra, mas ainda antes disso, no fato de ouvir as opiniões e anseios de cada futuro usuário daquilo que será construído, ainda que em algum momento isto se dê por um representante.

Esta organização une o processo de projeto convencional à participação do futuro usuário. Segundo Guadet (1986):

“A composição não se ensina, ela não se aprende a não ser através de ensaios múltiplos, dos exemplos e dos conselhos, e da experiência própria se superpondo à experiência alheia”.

Nas vivências e mutirões serão aplicadas as técnicas identificadas como ideais para aquele trabalho, de acordo com sua disponibilidade e proximidade da área.

Destacamos também que essas etapas podem variar conforme o projeto em que o EMAU está envolvido naquele momento, assim como a participação de estudantes e/ou profissionais de diferentes áreas do conhecimento, pois o RUA é livre para isso, buscando uma interdisciplinaridade.

Em determinados momentos, por exemplo, o EMAU deverá atuar na capacitação da comunidade para o preenchimento de editais de captação de recursos para a efetivação da obra, como foi sugerido acima.

Ao final de todo o trabalho será feita uma avaliação de todo o processo realizado junto à comunidade. Dessa maneira, ratifica-se que o RUA busca uma troca de conhecimento entre estudante-comunidade, a fim de engrandecê-los paralelamente.

O estudante num EMAU pode ter experiências que ele só teria quando formado, além de conhecer um lado social do arquiteto urbanista, e a comunidade, por sua vez, enxerga que existe o arquiteto urbanista para fazer o projeto, mas acima disto ela própria desenvolve seu poder de transformação.

Tabela 1 – Resumo dos benefícios para a Comunidade

O QUE A COMUNIDADE GANHA:
• Suporte técnico e produto físico;
• Compreensão da função social do arquiteto;
• Compreensão de suas capacidades e potencialidades (organizados são mais fortes);
• Conhecimento das técnicas;
• Continuidade do desenvolvimento da proposta;

Tabela 2 – Resumo dos benefícios para o estudante

O QUE GANHA O ESTUDANTE:
• Ampliar produção acadêmica;
• Trocar experiências;
• Diversificar a possibilidade de atuação do futuro Arquiteto e Urbanista.
• Compreensão da importância do papel do agente (aquele que vivencia a realidade existente) no processo projetual urbano;

Complementando, segundo Paulo Freire:

“Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por

herança, diante dos outros, meros “isto”, em que não reconheço “outros eu”? Como posso dialogar, se me sinto participante de um “gueto” de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”? Como posso dialogar, se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar? Como posso dialogar se temo a superação e se, só em pensar nela, sofro e definho?”

Sobre a questão de financiamento, destacamos que o EMAU desenvolve as atividades gratuitamente, utilizando os recursos da comunidade, doações, materiais disponíveis ou editais, como citado acima. Ainda não temos bolsa de extensão, mas quando tivermos ela será utilizada para o financiamento da participação dos integrantes em Seminários Nacionais sobre Escritórios Modelos (SeNEMAU's), outros eventos que acontecem pelo Brasil e ajuda na manutenção do Escritório Modelo, como materiais necessários.

4. UM EXEMPLO NA PRÁTICA

No começo de 2007, alguns alunos conheceram relatos de EMAU's espalhados nas escolas de arquitetura do Brasil nos encontros de estudantes de arquitetura e urbanismo realizados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA) e procuraram participar dos seminários e palestras de divulgação do assunto, o que despertou a vontade de formar um EMAU no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF.

Esse grupo passou a divulgar essas idéias dentro do curso, o que agregou mais adeptos. Como eles não eram reconhecidos pela universidade, criou-se o que eles denominaram de Coletivo RUA.

No início de 2009, como primeira experiência do Coletivo RUA, aceitamos uma demanda advinda de Leopoldina-MG, cidade distante aproximadamente 100Km de Juiz de Fora. A proposta consistia na construção de um anfiteatro para realização de atividades culturais em um espaço de um bairro onde já aconteciam oficinas de música, dança e teatro com as crianças de uma comunidade.

A demanda surgida, nesse momento, não veio a partir de uma pesquisa de demandas, como consta na metodologia apresentada, e sim a partir de um contato de uma integrante do Coletivo RUA com a comunidade.

Quanto à classificação do que seria a “comunidade local”, ainda não tínhamos na época a definição que temos atualmente. Portanto, trabalhamos nos aproximando das pessoas que tinham contato com aquele integrante do Coletivo RUA, paralelamente à associação de moradores existente no bairro, levando-se em conta que a intervenção era de interesse social.

Em relação ao nosso embasamento sobre a comunidade em si para a definição do nosso meio de atuação, foi considerado como era o funcionamento daquele espaço, que consistiam desde as atividades nele realizadas, como os horários, idades das crianças, até o interesse dos pais em participar.

Alguns alunos já tinham participado de seminários, palestras e vivências anteriormente à formação do Coletivo RUA, em diferentes cidades do Brasil, e esta demanda foi vista como uma oportunidade de os outros integrantes, mais novos na faculdade, participarem também de uma experiência prática. Então, nos organizamos em uma frente de trabalho, de acordo com a disponibilidade dos alunos de irem a Leopoldina.

A partir daí foi realizada uma oficina de apresentação do Coletivo RUA para a comunidade, que neste caso, consistiu basicamente em adolescentes, mas também, algumas mães que participavam de atividades de artesanato no local, e alguns pais, em boa parte envolvidos na construção civil, além de parte dos educadores que trabalham com as crianças.



Figura 01: oficina de apresentação do Coletivo RUA para a comunidade
Fonte: Arquivo RUA, setembro de 2009.

Nesta oficina, cientes da necessidade proposta, os membros do Coletivo RUA apresentaram o que era um anfiteatro e as possibilidades do local. Com isto, cada adolescente fez um desenho do que gostaria que contivesse o anfiteatro no local.



Figura 02: elaboração do “projeto” pelas crianças
Fonte: Arquivo RUA, setembro de 2009

O terreno em declive, não possuía nenhum uso e precisava de uma limpeza, a qual foi efetivada num segundo momento da oficina juntamente com este grupo. Em seguida, foi realizado o corte do terreno em degraus que seriam a arquibancada, mas ainda não tínhamos a idéia do acabamento.



Figuras 03 e 04: corte do terreno
Fonte: Arquivo RUA, setembro de 2009

A idéia para este acabamento, que por ser num declive, deveria funcionar como contenção, veio mais tarde. Pensou-se em aplicar a contenção de bambu, pois havia a disponibilidade do material, segundo os moradores.

Fizemos uma pesquisa para saber como era a técnica da aplicação do bambu, fomos a campo para sua extração e construímos alguns suportes com pedaços do mesmo. Porém esta técnica não surtiu o efeito esperado por ser o bambu de espécie diferente do ideal para este tipo de contenção, assim como não tínhamos o domínio da execução desta.



Figura 05: extração do bambu
Fonte: Arquivo RUA, novembro de 2009



Figura 06: aplicação do bambu
Fonte: Arquivo RUA, novembro de 2009



Figuras 07 e 08: detalhes da aplicação do bambu
Fonte: Arquivo RUA, novembro de 2009

Então, partimos para a busca de uma nova alternativa para a contenção do barranco, que foi o pneu. Esta opção surgiu da disponibilidade do material. As atividades de execução foram desenvolvidas da mesma maneira que com o bambu: houve momentos em que membros recepcionavam a chegada dos pneus que foram doados e momentos para assentar os pneus no terreno. Foi realizada mais de uma ida a Leopoldina para o trabalho.



Figuras 09 e 10: etapas do trabalho com pneus
Fonte: Arquivo RUA, novembro de 2010

Neste ponto, os membros da comunidade já estavam completamente preparados para tocar as atividades consecutivas sozinhos, como o acabamento, e o Coletivo RUA então deixou de acompanhar os trabalhos considerando esse fato.



Figuras 11 e 12: etapas do trabalho com pneus já sem o auxílio do RUA
Fonte: Arquivo RUA, janeiro de 2011

Ao nos basearmos na metodologia atualmente adotada para o RUA, podemos julgar esta experiência de acordo com cada uma das etapas básicas. Como neste caso a aproximação com a comunidade se deu de uma maneira especial, não nos baseamos em pesquisas anteriores e nem precisamos desenvolver junto à comunidade técnicas de empoderamento, pois ela já buscava a realização da obra.

A participação da comunidade foi relevante na definição do que seria feito e na discussão da viabilidade das técnicas, porém, não foi constante em todo o processo do projeto no tocante a execução da obra, apesar de seu interesse na confecção, o que foi percebido na evasão em algumas atividades. A avaliação do processo de trabalho não foi realizada junto à comunidade, justamente devido a essa evasão.

Também não foi despendido nenhum recurso financeiro, pois os materiais foram todos doados por terceiros.

Desse projeto participaram alunos de outras áreas do conhecimento, além da Arquitetura e do Urbanismo, como Engenharia Civil e Estatística.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não pretende responder a questão se “projetar é um campo de conhecimento ou um caminho para o conhecimento da Arquitetura?”, mas indica que o caminho para ambos é único.

Ao relatar a experiência do RUA busca esclarecer que a primeira experiência deste EMAU serviu para ajudar a definir uma metodologia de trabalho que se destaca pelo processo do projeto, além disso não descarta o embasamento teórico necessário para isso. Na metodologia do RUA se solidificaram o trabalho em frentes e o processo participativo, assim como o estudo das demandas, como ponto inicial, como acontece em qualquer projeto.

Além disso, nestes projetos podem ser desenvolvidos a maioria dos pontos considerados fundamentais na elaboração de um projeto, como a criatividade; o conhecimento de técnicas alternativas, que com as pesquisas e seminários vão contribuir na elaboração de um corpo teórico, discutindo sobre os materiais, sua viabilidade e manuseio; estimular a realização de uma criação coletiva, ainda que em cada caso, sejam necessárias diversas

tentativas para superar o erro; possibilitar o estudo e a edificação de projetos relacionados ao urbano, nem sempre tão esmiuçado na faculdade.

E ainda, destacamos que, com o envolvimento com uma comunidade os conhecimentos convergem para um ponto ideal, desenvolvendo a capacidade crítica para o estudante, o que ele vai levar para a vida toda e conseqüentemente será visto na melhoria da qualidade dos projetos e do próprio ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAFHUZ, C. Edson. Ensaio sobre a razão compositiva: uma investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica. Belo Horizonte: AP Cultural, 1995.

SILVA, Elvan. Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico. 2a. impr. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.